PRÁTICAS DE ASSESSORIA TÉCNICA POPULAR: ENTRE O CONTRADITÓRIO E O CONTINGENTE

Marcela Silviano Brandão Lopes
UFMG | marcelasbl.arq@gmail.com

Resumo geral: A proposta desta sessão teve como ponto de partida discussões em torno de práticas de assessoria técnica a territórios populares, que, para além das melhorias físicas e materiais e/ou do acesso à política pública, visam transformações políticas associadas à autonomia, emancipação e/ou conscientização coletiva dos assessorados. Entretanto, é possível identificar importantes desafios a serem superados, relativos por exemplo ao descompasso entre as urgências dos territórios assessorados e os recursos disponíveis, que incluem desde o tempo dos assessores, principalmente quando esses estão vinculados à academia, até a falta de financiamento para que as práticas sejam realizadas. Além disso, é recorrente posturas messiânicas por parte dos assessores, que fazem tábula rasa com o território parceiro, ignorando invenções potentes em curso; ou, em outra direção, que possuem visões idealizadas e simplistas, desconsiderando as contradições internas inerentes a toda e qualquer atividade socioespacial.

A pesquisadora Lara Ferreira, em sua tese de doutoramento (2024), avança nesta análise, na medida em que propõe pensar que as práticas de assessoria lidam com problemas complexos e resultam em "respostas possíveis". Apesar desse avanço, vale ampliar ainda mais a questão, recorrendo ao filósofo e psicanalista Christian Dunker (2022), para quem "o que separa a ética das intenções e a ética das consequências é a mesma coisa, ou seja, a lei que une nosso desejo (possível e contingente) ao Real (impossível e necessário)". Badiou (1993), inclusive, afirma que, quando a contingência ou o impossível estão em jogo, o resultado é indecidível. Pensar em termos éticos, ainda seguindo Dunker, é "respeitar que a contradição entre as formas da lei nunca está totalmente definida", e que "viver com essa indecidibilidade é o que se chama democracia, o poder pela palavra". (2022)

Isto posto, nesta Sessão Livre, cada palestrante vai discorrer sobre práticas de assessoria tendo como foco o contraditório (desvios) e o contingente (acidental) que atravessam as transformações pretendidas. Para iniciar a discussão, a primeira palestra discorre sobre uma prática de assessoria desenvolvida junto a um movimento social organizado em torno da luta por moradia, territorialidade, reforma urbana e direito à cidade. Por se tratar de uma atividade

extensionista, são apresentados tanto as estratégias usadas, quanto os descompassos entre as urgências dos territórios assessorados e o calendário acadêmico.

A segunda palestra parte do entendimento que a produção de saberes deva ser fruto de um aprendizado mútuo, construído a partir dos territórios e de movimentos interligados entre articulação, tensionamento e aprendizado mútuo. Na sequência, são apresentados instrumentos metodológicos capazes de provocar interações de fato abertas e democráticas, cujos desdobramentos são consequentes de alinhamentos e contradições.

Dando continuidade à discussão, a terceira palestra se debruça sobre os impasses da assessoria profissional. Abrindo com um breve resgate histórico das práticas universitárias desenvolvidas em São Paulo no período da redemocratização, o texto se fecha com uma importante indagação sobre os rumos possíveis no contexto atual.

Por fim, a quarta palestra, tendo as práticas inseridas na Plataforma Moradia-Assessoria como base, propõe um debate sobre um tripé que parece estruturar o campo do assessoramento (Universidade-Extensão-Assessoria Profissional), a partir do qual seria necessário o debate sobre os limites e as possibilidades da assessoria técnica como campo de pesquisa, trabalho e transformação coletiva.

Resumen: La propuesta para esta sesión se basó en discusiones sobre prácticas de asistencia técnica en áreas de baja renta que, además de mejoras físicas y materiales y/o acceso a políticas públicas, pretenden provocar transformaciones políticas asociadas a la autonomía, emancipación y/o conciencia colectiva de los asistidos. Sin embargo, es posible identificar importantes desafíos a superar, como el desajuste entre las urgencias de los territorios asistidos y los recursos disponibles, que van desde el tiempo de los asesores, especialmente cuando están vinculados al mundo académico, hasta la falta de financiación de las prácticas a realizar. Además, son recurrentes las actitudes mesiánicas por parte de los asesores: hacen borrón y cuenta nueva con el territorio socio, ignorando las potentes invenciones en curso; o, en otra dirección, tienen visiones idealizadas y simplistas, despreciando las contradicciones internas inherentes a cualquier actividad socioespacial.

La investigadora Lara Ferreira, en su tesis doctoral (2024), lleva este análisis un paso más allá, en la medida en que sugiere que las prácticas de consultoría abordan problemas complejos y dan lugar a "respuestas posibles". A pesar de estos avances, vale la pena ampliar aún más la cuestión, recurriendo al filósofo y psicoanalista Christian Dunker (2022), para quien "lo que separa la ética de las intenciones y la ética de las consecuencias es la misma cosa, es decir, la ley que une nuestro deseo (posible y contingente) con lo Real (imposible y necesario)". Badiou (1993) afirma incluso que cuando la contingencia o lo imposible están en juego, el resultado es indecidible. Pensar en términos éticos, siempre siguiendo a Dunker, es "respetar que la contradicción entre las formas de la ley nunca está completamente definida", y que "vivir con esta indecidibilidad es lo que se llama democracia, el poder a través de la palabra". (2022)

Dicho esto, en esta Sesión Libre, cada ponente hablará de las prácticas de asesoría centrándose en lo contradictorio (desviaciones) y lo contingente (accidental) que atraviesan las transformaciones pretendidas. Para iniciar el debate, la primera ponencia aborda una práctica de asesoría desarrollada con un movimiento social organizado en torno a la lucha por la vivienda, la territorialidad, la reforma urbana y el derecho a la ciudad. Al tratarse de una actividad de extensión, se presentan tanto las estrategias utilizadas como los desajustes entre las urgencias de los territorios asistidos y el calendario académico.

La segunda ponencia se basa en la comprensión de que la producción de conocimiento debe ser el resultado de un aprendizaje mutuo, construido sobre los territorios y sobre movimientos interconectados entre articulación, tensión y aprendizaje mutuo. A continuación, se presentan herramientas metodológicas capaces de provocar interacciones verdaderamente abiertas y democráticas, cuyos desarrollos son el resultado de alineamientos y contradicciones.

Continuando el debate, la tercera conferencia se centra en los callejones sin salida del asesoramiento profesional. Abriendo con una breve revisión histórica de las prácticas universitarias desarrolladas en São Paulo durante el período de redemocratización, el texto se cierra con una importante pregunta sobre las posibles direcciones en el contexto actual.

Finalmente, la cuarta ponencia, a partir de las prácticas recogidas en la Plataforma Vivienda-Asesoramiento, propone un debate sobre un trípode que parece estructurar el campo del asesoramiento (Universidad-Extensión-Asesoramiento Profesional), a partir del cual habría que debatir sobre los límites y posibilidades del asesoramiento técnico como campo de investigación, trabajo y transformación colectiva.

ASSESSORIA TÉCNICA ATRAVÉS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A LUTA PELO DIREOITO À CIDADE A PARTIR DS OCUPAÇÕES URBANAS NA ÁREA CENTRAL DE NATAL

Amíria Brasil
Docente do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte | amiria.brasil@ufrn.br

Em Natal, a assessoria técnica desenvolvida junto às recentes Ocupações Urbanas em sua área central tem acontecido a partir da extensão desenvolvida por um grupo de arquitetos e urbanistas egressos da universidade.

Essas Ocupações Urbanas tiveram início em 2015 e são organizadas pelo Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). As primeiras buscavam abrir diálogo com o Estado para conseguir unidades habitacionais em programas públicos. Entretanto, o movimento mudou de estratégia devido à conjuntura nacional e a reorganização do próprio movimento. A luta não é somente por direito à moradia, pela propriedade da casa, mas por territorialidade, reforma urbana e direito à cidade. Os arredores do centro histórico de Natal são permeados por moradia popular, precária, enquanto a produção pública tem se dado toda periférica. As

ocupações, organizações de base do movimento, representam essa fixação (mesmo que temporária) da população no centro.

Nesse contexto, o MLB tem ocupado imóveis vazios no centro da cidade, na disputa pela permanência em área infraestruturada, próximo a locais de trabalho e de origem daqueles que formam as ocupações. Estas deixam então de ser somente instrumento de diálogo com o Estado para ser também instrumento de denúncia do abandono dessas áreas, e pressão para recuperação e reutilização desses imóveis.

O trabalho de assessoria se encontra com a luta do movimento, inicialmente, na denúncia do esvaziamento da área central de Natal, a partir de uma pesquisa que busca identificar e caracterizar os vazios urbanos e propor a transformação desses vazios em habitação de interesse social e quando não for possível, em usos que dê suporte a essa atividade. Temos trabalhado a partir da disputa por territorialidade defendida pelo movimento, reconhecendo a necessidade de fixação das famílias naquelas áreas.

Assim, o trabalho de assessoria tem sido desenvolvido no sentido de contribuir com a elaboração de peças técnicas, de arquitetura e de urbanismo, para tentar qualificar as moradias temporárias, dentro das ocupações, ou para mostrar que é possível propor novas moradias populares em terrenos e imóveis bem localizados.

A questão da assessoria extensionista é o tempo desse trabalho, que não consegue acontecer na urgência das demandas do movimento. O papel da universidade não pode ficar restrito a apresentar produtos solicitados pelo movimento, é necessário maior diálogo, remuneração, reflexão e crítica às nossas próprias ações.

A PRODUÇÃO TEERITORIALIZADA DOS SABERES: ARTICULAÇÃO, TENSIONAMENTO E APRENDIZADO MÚTUO NA ASSESSORIA TÉCNICA A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.

Izabela Galera
UFPE | izabella.galera@ufpe.br

A intenção desta conversa é refletir sobre a prática da assessoria técnica a partir de três movimentos interligados: articulação, tensionamento e aprendizado mútuo. A articulação destaca as conexões promovidas pela assessoria e pela universidade, que viabiliza a interação entre diferentes saberes e atores. Já o tensionamento explora os conflitos que emergem em diversas escalas, fruto das contradições inerentes ao encontro entre práticas locais e o conhecimento técnico. Por fim, o aprendizado mútuo evidencia os processos de transformação coletiva que resultam do diálogo entre experiências e conhecimentos diversos.

O que guia esse debate é a visão de que o conhecimento está intrinsecamente vinculado ao contexto territorial, refuta a ideia de universalidade do saber, reconhecendo que sua construção está condicionada às vivências específicas. Assim, a produção de saberes exige tempo e diálogo para que as práticas participativas respeitem e incorporem os ritmos locais, e suas complexidades.

A assessoria técnica, como suporte especializado para atender demandas comunitárias, conciliando saberes técnicos e locais. Seu papel de articuladora se expressa no diálogo que integra comunidades, técnicos e governos, de forma que se trabalhe em rede.

No entanto, ao propor novas formas de organização, a assessoria frequentemente tensiona estruturas de poder e valores locais, gerando resistências, pois toca em diferentes interesses. Esse tensionamento, embora desafiador, é um motor essencial para mudanças socioespaciais significativas, que passam desde projetos habitacionais, urbanização de assentamentos e regularização fundiária, preservação ambiental, dentre outras possibilidades.

Algumas ferramentas metodológicas, como a cartografia social, desenhos participativos e outras tecnologias sociais, tornam-se centrais nesse processo. Elas não apenas democratizam a construção dos projetos, mas também permitem a partilha de saberes. Essas práticas possibilitam lidar com as contradições dos processos participativos, apontando caminhos para a autonomia comunitária e para a produção de saberes enraizados nas vivências do território. Ao transcender a simples instrumentalização, a assessoria técnica pode construir processos transformadores, mediados por ferramentas que fortalecem o diálogo e o aprendizado coletivo.

Alguns desdobramentos a serem considerados envolvem a compreensão de que os interesses de diversos atores, embora possam apresentar pontos em comum, nem sempre se alinham. Pensar a produção territorializada dos saberes, é compreender que não há "resultados esperados", mas um processo aberto que atravessa de diferentes formas e intensidades a vida dos envolvidos.

CRUZAMENTO E ENCRUZILHADA: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O CAMPO PROFISSIONAL DA ASSESSORIA TÉCNICA

Caio Santo Amore
Professor da FAU-USP| santoamore@usp.br

Em 2024, um estudante de arquitetura e urbanismo com visão crítica sobre a produção desigual da cidade, a precariedade das condições de moradia da população mais vulnerável, que reconheça a importância de políticas públicas de melhorias habitacionais e urbanas, a ação de movimentos populares possivelmente encontrará informações e vislumbrará formação acadêmica que se aproxima das práticas de assessoria técnica. Essa pessoa pode se vincular a coletivos, escritórios modelo, aderir a pesquisas e extensão de professores que

estudam ou que têm trajetória de trabalho neste campo. O conselho local da categoria talvez tenha fomentado ações, produzido e divulgado práticas de urbanização e regularização fundiária de assentamentos populares, provisão de moradias em autogestão, melhorias habitacionais. Contudo, ao se graduar, é provável que essa pessoa se veja diante de um cenário restrito para atuação em planos, projetos e obras neste campo, seja como servidor público, ou como profissional vinculado a equipes que se ocupam de melhorar as condições de vida nesses territórios populares. Quer dizer, o reconhecimento acadêmico não se reflete na real ampliação do campo profissional.

A contribuição pretendida por esta apresentação está em torno desta encruzilhada. A universidade esteve presente nas experiências embrionárias de assessoria técnica em São Paulo no período da redemocratização, por meio dos laboratórios de habitação de cursos de arquitetura e urbanismo (Pompéia, 2006). Mas estava em questão a constituição de um campo de trabalho em políticas públicas de governos locais: produção de moradias em regime de mutirão com autogestão e de urbanização de favelas.

No momento presente, apesar de aparente ampliação, as ações de grupos de profissionais têm muitas dificuldades para se sustentar. Tanto pela atuação em situações de emergência, de ameaças de despejo e outras violações de direitos, quanto pela ausência de políticas e programas públicos longevos. O trabalho militante, captação de recursos em editais de fomento ou emendas parlamentares, a despeito do esforço e compromisso técnico e político de pessoas valorosas, não têm sido capazes de constituir um campo ou uma matriz (Santo Amore, 2022). A nacionalização da política de urbanização de favelas e da produção habitacional por Entidades Organizadoras ocorridas nas últimas duas décadas também não foi suficiente para ampliar o campo.

Novos desafios se colocam: o PAC-Periferia Viva prevê que Planos de Ação e Postos Territoriais sejam operados por entidades de assessoria técnica; multiplicam-se programas de especialização e residência para recém-graduados. Quais são as articulações e ações comuns possíveis, que escapem da panaceia das "ações de ATHIS", da discussão corporativa de mercado de trabalho de arquitetura e urbanismo?

UNIVERSIDADE, EXTENSÃO E ASSESSORIA PROFISSIONAL: COMUNICANDO O TRIPÉ DA ASSESSORIA TÉCNICA POPULAR

Pedro Carvalho
Doutorando Pós-graduação Arquitetura e Urbanismo USP - FAUUSP/ Pesquisador INCT "Casa e Cidade" e LabHAB | pedrocarvale@usp.br

Desde 2022, a Rede Moradia e Assessoria, juntamente com os dezessete grupos de assessores técnicos que a compõem, trata de comunicar um conjunto de práticas de assessoramento em diversos territórios no Brasil em sua Plataforma. Apresenta também distintas abordagens, que permeiam as formas de articulação, incidência política e trabalho coletivo, que aproximam o saber técnico do saber popular para a solução ou mediação de

disputas e problemas urbanos complexos. Os resultados e o amadurecimento dessa partilha e comunicação trouxeram debates relevantes sobre a forma e o conteúdo dessas práticas, sobretudo quando falamos sobre a assessoria enquanto trabalho formal, a relação entre a estabilidade institucional da universidade para a construção de um campo profissional da assessoria técnica e a importância da extensão enquanto prática de assessoramento.

Nesse sentido, seguimos pensando sobre como essas três ancoragens informam não apenas as relações estabelecidas entre os grupos e a prática da assessoria técnica, mas informam também os aspectos políticos da sua incidência e relações sociais nos territórios, além da definição da forma e conteúdos das atividades desenvolvidas. Com exemplos de trabalhos que perpassam a realidade do ensino e pesquisa, assessoramento profissional e extensão, essa sessão livre oportuniza a inclusão de uma discussão sobre o estabelecimento das dimensões do assessoramento técnico para a percepção de um tripé que parece estruturar o seu campo e sua própria prática (Universidade-Extensão-Assessoria Profissional).

Essa comunicação pretende então dialogar sobre essas estruturas que engendram e parecem também determinar as ações de assessoramento técnico, além de refletir sobre os distintos papeis ocupados pela prática da assessoria técnica. Para isso, faremos uso da coleção de informações e práticas sistematizadas e difundidas publicamente pela Plataforma Moradia-Assessoria, apresentando o conteúdo das práticas de grupos de pesquisa e extensão universitários, coletivos de estudantes e assessorias profissionais para estabelecer um espaço favorável ao debate sobre os limites e as possibilidades da assessoria técnica enquanto campo de pesquisa, trabalho e, sobretudo, como possibilidade coletiva de transformação social e urbana.